



Estado retirou 733 euros a cada reformado

Austeridade. Os cofres públicos já foram buscar 2,566 mil milhões de euros, nos últimos três anos, aos 3,5 milhões de reformados portugueses, entre cortes, congelamentos e impostos

ERIKA NUNES

Mais de um terço da população portuguesa está reformada e revolvida. Os movimentos de reformados, pensionistas e aposentados nascem, crescem e organizam-se para tentar recuperar alguns dos direitos que têm visto ser, gradualmente, retirados.

De acordo com o economista Eugénio Rosa, nos últimos três anos, com os cortes aos reformados e pensionistas o Estado já foi buscar 2,566 mil milhões de euros. Ou seja, cada reformado perdeu 733 euros.

Há 3,5 milhões de portugueses reformados ou pensionistas, dos quais dois milhões têm pensões baixas – abaixo do salário mínimo nacional – mas que não têm sido poupados à austeridade.

Além dos cortes em vigor para todos os portugueses, há ainda cortes específicos para este grupo que se sente "atacado pelas medidas de austeridade" e promete "não desistir dos protestos enquanto não for cumprida a Constituição da República", como refere Casimiro Menezes, presidente da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (mais conhecida por MURPI).

Rosário Gama, professora reformada e fundadora da associação APReI, acrescenta que representa um grupo que "tem sofrido os mesmos cortes que o resto da população e ainda mais alguns exclusivos", o que lhes aumenta o "sentimento de profunda injustiça, num momento que estão a ser" o subsídio de desemprego dos filhos e netos desempregados, substituindo o Estado social".

"A Constituição diz que o Estado deve assegurar meios para a autonomia financeira dos reformados", recorda Casimiro Menezes, médico reformado, desiludido por "o que esteve contratualizado com



Aos cortes somam-se fim dos passes sociais, aumento das rendas de casa, das taxas moderadoras, etc.

o Estado ao longo de 36 anos de descontos não estar a ser cumprido agora".

É o que sucede com os reformados da Caixa Geral de Aposentações (CGA), que o Governo quer agora fazer convergir com os reformados da Segurança Social, mediante o corte, em média, de 10% das reformas. "O valor da reforma da CGA está contratualizado com o Estado, durante toda a vida contributiva esteve contratualizado. Ora, fazerem agora descontos é querer alterar um contrato no passado, criar uma lei com efeitos retroativos. Não pode ser", reclama Rosário Gama, que promete interpor uma ação contra o Estado se a medida avançar em definitivo.

Os cortes nas pensões e nas reformas já começou em 2011: mais 1% de IRS nos escalões mais baixos, mais 1,5% de IRS nos escalões mais altos, depois foi-lhes retirado um ou dois subsídios, consoante o rendimento – que o Tribunal Constitucional declarou ilegal, mas "permitiu que vigorasse na mesma", acrescenta Casimiro Menezes. Agora ainda têm de pagar a Contribuição Extraordinária de Solidariedade, além do fator de sustentabilidade do sistema.

Com a lei que permitiu aumentar as rendas de casas, com o aumento do IMI, o fim dos passes para reformados nos transportes públicos, o aumento das taxas moderadoras, dos exames médicos,

dos medicamentos, da energia elétrica, do gás e do IVA sobre bens alimentares, Rosário Gama confessa que não faz "ideia do poder de compra perdido em três anos, só que já não se consegue comprar nada do que podia e muitos ainda têm de sustentar filhos e netos".

Entre o que mais apoquento os reformados, revela o presidente da MURPI, "é o acesso à saúde, desde a incapacidade económica para custear medicamentos e tratamentos, às condições de atendimento cada vez mais precárias nos hospitais e centros de saúde, à medida que os cortes no SNS avançam". A "qualidade de vida que trabalhámos para ter foi-nos retirada", conclui o médico.

CORTES

628 MILHÕES

➤ O congelamento das pensões desde 2011 tem vindo a permitir aos vários governos encaixar poupanças de 628 milhões de euros. Este ano não será diferente já que o Governo decidiu congelar novamente as pensões.

421 MILHÕES

➤ A contribuição extraordinária de solidariedade foi aprovada no Orçamento do Estado e não foi chumbada pelo Tribunal Constitucional. O impacto global da medida rondará os 421 milhões este ano.

1260 MILHÕES

➤ A retirada dos subsídios de férias e de Natal em 2012 aos funcionários públicos e aos pensionistas do Estado permitiu um encaixe de 1260 milhões de euros. Os dois subsídios serão suspensos até 2013.

230 MILHÕES

➤ A descida da dedução específica dos reformados no IRS em 2012 e 2013 foi de 6000 euros para os 4104 euros, "alinhando" pelo valor considerado para os trabalhadores por conta de outrem.

20 MILHÕES

➤ A nova fórmula de cálculo vai implicar que as pensões atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações vão diminuir em média 10%. É o resultado da alteração da fórmula de cálculo que terá efeitos retroativos.

7,5 MILHÕES

➤ O fator de sustentabilidade em 2011, 2012 e, sobretudo, em 2013 vai significar que para quem vai entrar na reforma este ano terá de contar com um corte da pensão de 4,78%, devido à aplicação do fator de sustentabilidade.